

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS FIRMADO ENTRE A
CEASAMINAS E INSTITUTO
BRASILEIRO DE GOVERNANÇA
CORPORATIVA.**

Procedimento Interno de Origem: PI n.º 12/202

Solicitação de Contratação 016883, de 08/02/2022

De um lado a **CONTRATANTE CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A – CEASAMINAS**, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.504.325/0001-04, com sede na Rod. BR 040, KM 688, Guanabara, Contagem/MG, CEP 32.145-900, neste ato representada pelos Diretores infra-assinados; de outro lado como **CONTRATADO** o **INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA**, inscrito no CNPJ sob o n.º 01.082.331/0001-80, com sede na Av. das Nações Unidas, n.º 12551/12559, Andar 21, Brooklin Paulista, São Paulo/SP, CEP 044.578-903, neste ato representado por Reginaldo Ricioli, portador do RG **.464.**SSP/SP e inscrito no CPF sob o n.º ***.318.098-**. e Adriane Cristina dos Santos de Almeida, economista, portadora do RG **.621.** SSP/SP e inscrita no CPF sob o n.º ***.004.398-**.

O presente contrato foi celebrado nos termos do Procedimento Interno – PI n.º 12/2022 e em observância ao disposto no artigo 29, II, da Lei n.º 13.303/2016 c/c art. 77, Inciso II e art. 78, Inciso II, alínea “f”, do Manual de Procedimentos e Regulamento de Licitações e Contratos da CEASAMINAS, sob a forma de execução direta e mediante as cláusulas e condições seguintes:

As partes acima identificadas têm, entre si, justas e acertadas o presente Contrato de Prestação de Serviços, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições abaixo declinadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, DA FORMA, DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO, DO PROGRAMA

1.1. Aplicação de curso de *Compliance* e Governança, da Conformidade Legal à Integridade Corporativa. Após o curso o participante conhecerá os conceitos, técnicas e modelos de gerenciamento de riscos, e disporá de ferramentas e exemplos práticos para elaboração da política de riscos institucionais, segundo a Lei 13.303/16, em cumprimento do Estatuto da



CEASAMINAS quanto a treinamento e capacitação do Sr. LULY LIMA RODRIGUES, funcionário responsável pela implementação da Política de Gestão de Riscos na Estatal.

1.2. O curso será ofertado para 01 participante na modalidade on-line (Plataforma ZOOM) e possui carga horária de 28 horas conforme se especifica.

1.3. O objetivo do curso é tornar o *compliance* um mecanismo de mudança cultural, por meio da apresentação aprofundada de seu papel estratégico alinhado à governança corporativa. O curso explora, ainda, a legislação vigente e sua aplicação, órgãos de fiscalização e de controle, as ferramentas e os princípios da governança que amparam o desenvolvimento e a boa atuação do *compliance*.

PROGRAMA DO EVENTO

1.4. Risco organizacional e a sua relação com a teoria da agência.

1.4.1. A tradução da teoria da agência para a administração pública.

1.4.2. Relação da gestão de riscos com a *accountability* pública.

1.5. Relação da gestão de riscos com a governança.

1.6. Princípios e diretrizes da governança:

1.6.1. Explicação prática dos conceitos de governança e sua aplicação na Administração Pública, Estatais e Sistema “S”:

1.6.2. Mecanismos da governança: liderança, estratégia e controle;

1.6.3. A agregação de valor institucional a partir da governança;

1.6.4. Exemplos de problemas com órgãos de controle decorrentes de falhas na governança;

1.6.5. A gestão de riscos como uma ferramenta da governança;

1.6.6. O conceito de integridade e a relação com a gestão de riscos.

1.7. Aspectos estruturais relacionados com a Governança.

1.7.1. Estrutura organizacional necessária;

1.7.2. Definição de competências e responsabilidades;

1.7.3. Gestão por competências: foco em resultado (desempenho) e adequação das capacidades e habilidades;

1.7.4. As diferentes estruturas e realidades nas instituições e a necessidade de priorização.

1.8. Princípios, estrutura e componentes da Gestão de Riscos.

1.9. Modelos e referências na gestão de riscos.

1.10. COSO 2017, COSO ERM, ISO 31.000, Orange Book.

1.11. O modelo das três linhas de defesa.

1.12. Papéis e responsabilidades.



- 1.13. Um estudo dedicado da IN1/2016 CGU-MP.8.
- 1.14. O ciclo da gestão de riscos:
 - 1.14.1. Da formulação do planejamento estratégico, fixação dos objetivos e metas até chegar nos riscos;
 - 1.14.2. A divisão das responsabilidades na gestão de riscos - "quem é quem";
 - 1.14.3. Exemplos práticos e concretos do ciclo da gestão de riscos organizacional;
 - 1.14.4. Como priorizar processos que terão os riscos avaliados?
 - 1.14.5. O papel dos controles internos?
- 1.15. O processo de Gestão de Riscos.
 - 1.15.1. Estabelecimento do Contexto;
 - 1.15.2. Identificação de Riscos:
 - 1.15.2.1. Técnicas de identificação de riscos;
 - 1.15.2.2. Limites entre áreas e responsabilidades;
 - 1.15.2.3. Análise crítica e diferenciação das categorias “causa”, “evento, ”consequência”, aplicada na identificação dos riscos.
- 1.16. Avaliação, análise e tratamento de riscos:
 - 1.16.1. Técnicas de avaliação qualitativa e quantitativa,
 - 1.16.2. A construção da matriz de riscos;
 - 1.16.3. Comunicação e consulta;
 - 1.16.4. Monitoramento.
- 1.17. Integridade/*Compliance* na Administração Pública - instrumentos de governança.
- 1.18. O Programa de integridade - *compliance* na Administração Pública, Estatais e Sistema “S”.
- 1.19. Funções do sistema de gestão de integridade.
- 1.20. Instrumentos e referências internacionais.
- 1.20. Normas aplicáveis ao setor público.
- 1.21. O *compliance* nos órgãos e na Administração indireta.
- 1.22. Estratégia para a integridade pública.
- 1.23. Eixos estruturais e procedimentos para a estruturação.
- 1.24. A gestão de riscos exigida nos processos de contratação.
- 1.25. Instrumentos de governança nas aquisições: Plano de Logística Sustentável (PLS), Plano Estratégico de Compras e Plano Anual de Compras.



- 1.26. Estratégias de terceirização à luz do Decreto 9.507/18.
- 1.27. Como colocar em prática a gestão de riscos previstas nas IN 01/19 e IN.
- 1.28. Qual é a dependência e/ou relação da gestão de riscos setorial com a organizacional?
- 1.29. Diferenças fundamentais nos processos relativos a compras, serviços, serviços com mão de obra, obras e serviços de engenharia, sistemas de registro de preços, contratações diretas, treinamentos, inscrição para participação em eventos, monopólios públicos.
- 1.30. A essência dos artefatos previstos na IN 05/17 com foco no aprimoramento da governança e do gerenciamento de riscos - o que é fundamental compreender?
- 1.31. Diferenças fundamentais entre gerenciamento de riscos dos processos institucionais e as matrizes de riscos contratuais.
- 1.32. Aspectos práticos de aplicação nas contratações públicas.
- 1.33. Aplicando a gestão de riscos na prática.
- 1.34. A partir dos conceitos abordados, discussões críticas sobre o fluxo a seguir na implantação da gestão de riscos em organização pública na prática.
- 1.35. DEMAIS INFORMAÇÕES:
- 1.35.1. A Contratada, através dos treinamentos online 100% ao vivo, proporciona ao cliente a mesma qualidade dos eventos presenciais, com interação entre professor e alunos em tempo real.
- 1.36. Características:
- 1.36.1. Aulas em ambiente virtual 100% ao vivo e interativas.
- 1.36.2 Replay: As aulas poderão ser assistidas por até 2 dias úteis após o encerramento do curso.
- 1.36.3. A sala de aula será encerrada uma semana após o encerramento do curso.
- 1.36.4. Emissão do certificado em formato digital.
- 1.37. REQUISITOS TÉCNICOS RECOMENDADOS:
- 1.37.1. Antes do início da videoconferência, os requisitos abaixo listados devem ser avaliados para o bom funcionamento da plataforma e aproveitamento do curso. Recomendamos as seguintes especificações técnicas mínimas de hardware e software:
- 1.37.1.1. Computador com bom desempenho;
- 1.37.1.2. Conexão de internet via cabo e velocidade mínima de 10mbps;
- 1.37.1.3. Webcam e microfone;
- 1.37.1.4. Sistema de sonorização com qualidade (preferencialmente fone); e Navegador: Utilizar preferencialmente o Google Chrome, ou as versões atualizadas do Mozilla Firefox e Internet Explorer.
- 1.38. Se as especificações mínimas não forem atendidas, a qualidade da transmissão de áudio e vídeo poderão ser comprometidas.



1.39. AMBIENTE:

1.39.1. Curso ministrado em plataforma de videoconferência, totalmente ao vivo.

1.40. ACESSO:

1.40.1. Após a inscrição o participante receberá e-mail com instruções de acesso ao ambiente virtual e plataforma de videoconferência.

1.41. DISPONIBILIDADE:

1.41.1. Replay: As aulas poderão ser assistidas por até 02 dias após a sua realização.

1.42. METODOLOGIA:

1.42.1. O curso será ministrado através de videoconferência, 100% ao vivo, em plataforma de transmissão online, com interação através de chat e possibilidade de participação ao vivo na transmissão, aulas expositivas e apostila em formato digital.

1.43. CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO:

1.43.1. A inscrição será confirmada mediante ordem de serviço/autorização de fornecimento. O cancelamento da inscrição, por parte do participante poderá ser realizado no máximo 05 (cinco) dias úteis antes da data de realização do curso online, sendo que, após este prazo, deverá haver a substituição do aluno ou solicitação de crédito no valor da inscrição para utilização posterior. A Contratada reserva-se o direito em adiar, reagendar ou cancelar os cursos online se houver insuficiência de quórum, bem como substituir palestrantes em caso fortuito ou força maior, o que não caracterizará infração administrativa ou civil, ficando isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e moral). Observação: Ao CONTRATANTE que vier a desistir da participação após o prazo de cancelamento da inscrição, independente da fase ou etapa, não será possível qualquer devolução de valores pagos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRAZO DE EXECUÇÃO

2.1. O presente contrato possui vigência de 30 (trinta) dias a partir da publicação de seu extrato no Diário Oficial da União, incumbência da CONTRATANTE. A CONTRATADA possui prazo de até 04 (quatro) dias para execução do objeto do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO CONTRATO

3.1. A CONTRATADA será considerada para fins deste contrato como prestadora de serviços de treinamento, devendo atuar em absoluto estado de autonomia e sem qualquer subordinação laboral, não ensejando qualquer vínculo empregatício ou funcional com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

4.1. São obrigações da CONTRATANTE:

a) Realizar o pagamento conforme disposto na cláusula sétima deste contrato.

b) Indicar pessoa responsável pela gestão do contrato junto à CONTRATADA relativamente às obrigações por essa assumida.



c) Aplicar as penalidades contratuais e legais quando cabíveis.

4.2. São obrigações da CONTRATADA:

- a) Utilizar das mais apuradas técnicas disponíveis para a realização das atividades previstas, empregando seus melhores esforços na consecução das mesmas.
- b) Disponibilizar equipe tecnicamente capacitada para a realização das atividades previstas.
- c) Convidar a CONTRATANTE e quem mais este indicar para opinar nas atividades a serem realizadas, sem que essa opinião tenha caráter vinculativo.
- d) Fornecer apostila do conteúdo ministrado.
- e) Fornecer certificado de participação no curso.
- f) Indicar pessoa responsável pela gestão do contrato junto à CONTRATANTE relativamente às obrigações por essa assumida.
- g) Pagar os impostos, taxas, encargos e outros tributos decorrentes das importâncias recebidas em função deste contrato.

4.3 – À CONTRATADA caberá ainda:

- a) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CEASAMINAS;
- b) Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento do produto ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência da CEASAMINAS;
- c) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do produto ou realização dos serviços, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
- d) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta contratação;
- e) A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos na cláusula anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento a CEASAMINAS, nos termos do art. 77, da Lei n.º 13.303/2016 c/c art. 87, do Manual de Procedimentos e Regulamento de Licitações da CEASAMINAS, nem poderá onerar o objeto desta contratação, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CEASAMINAS.



CLAUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

5.1 – Deverá a CONTRATADA observar, também, o seguinte:

5.1.1 – É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao Quadro de Pessoal da CEASAMINAS durante a vigência deste Contrato;

5.1.2 – É expressamente proibida a veiculação de publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização da CEASAMINAS;

5.1.3 – É vedada a subcontratação de outra empresa para o fornecimento do produto ou realização dos serviços, objeto desta contratação.

5.2 – A CONTRATADA, ao longo da vigência deste Contrato, comprometer-se a:

5.2.1 – Conhecer e cumprir o Código de Conduta, Ética e Integridade da CEASAMINAS;

5.2.2 - Fiscalizar a ação de subcontratados, responsabilizando-se diretamente por suas ações e omissões;

5.2.3 - Respeitar a ética concorrencial, de forma a não permitir atos de concentração de mercado, formação de cartel, suborno, propina, corrupção ou fraude de qualquer natureza;

5.2.4 - Treinar suas equipes internas no cumprimento do aludido Código, bem como documentar à CEASAMINAS a realização dos treinamentos, advertindo-as dos riscos de seu descumprimento;

5.2.5 - Fazer cessar qualquer ação ou omissão, internamente havidas, que afetem ou prejudiquem a aplicação do Código de Conduta, Ética e Integridade da CEASAMINAS;

5.2.6 - Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no Art. 5º, da Lei Anticorrupção (Lei n.º 12.846/13);

5.2.7 - Respeitar a legislação brasileira, em especial a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a legislação de segurança do trabalho, a legislação tributária, bem como todos os normativos que se relacionam direta ou indiretamente com o objeto envolvido na relação comercial;

5.2.8 - Atuar com probidade, lealdade, transparência, eficiência e respeito aos valores e princípios da CEASAMINAS.

CLÁUSULA SEXTA – DA CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

6.1. A CONTRATADA compromete-se a manter sigilo total sobre os dados armazenados, não utilizando tais informações confidenciais em proveito próprio ou alheio.

6.2. As informações confidenciais repassadas à CONTRATADA somente poderão ser disponibilizadas a terceiro mediante consentimento prévio e por escrito da CONTRATANTE ou em caso de determinação judicial, hipótese em que a CONTRATADA deverá informar de imediato a CONTRATANTE.



6.3. Não configuram informações confidenciais aquelas:

- a) já disponíveis ao público em geral;
- b) que já eram do conhecimento da CONTRATADA antes da contratação de seus serviços e que não foram adquiridas direta ou indiretamente da CONTRATANTE;
- c) que não são mais tratadas como confidenciais pela CONTRATANTE.

6.4. Todas as informações de confidencialidade e de sigilo previstas neste termo terão validade durante toda a vigência deste instrumento, enquanto perdurar a relação de trabalho e, ainda, por um período mínimo de 05 (cinco) anos do rompimento do vínculo do prestador de serviços com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO PELO SERVIÇO CONTRATADO

7.1. Pelos serviços, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de **R\$ 3.575,85** (três mil, quinhentos e setenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos), mediante emissão de nota fiscal, a serem pagos em uma única parcela, até 30 (trinta) dias após curso e a emissão da fatura e Nota Fiscal.

CLÁUSULA OITAVA – DO INADIMPLEMENTO QUANTO AO PAGAMENTO

8.1. Em caso de inadimplemento por parte da CONTRATANTE quanto ao pagamento do serviço prestado, a CONTRATADA terá o direito de suspender ou cancelar os serviços no todo ou em parte até que o pagamento de faturas vencidas seja efetuado. O atraso no pagamento acarretará a incidência de correção monetária baseada na variação do IGP/M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, medido no período, além de juros de mora 1% (um por cento) ao mês, calculado *pro rata die* e multa de 2% (dois por cento).

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1 – A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80, da Lei n.º 8.666/93 c/c art. 98, do Manual de Procedimentos e Regulamento de Licitações da CEASAMINAS, e alterações posteriores.

9.2 – A rescisão do Contrato poderá ser:

9.2.1 – Determinada por ato unilateral e escrito da CEASAMINAS, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78, da Lei n.º 8.666/93, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias; ou

9.2.2 – Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CEASAMINAS; ou

9.2.3 – Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

9.3 – A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.



9.4 – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ELISÃO DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA E SUBSIDIÁRIA

10.1. A CONTRATADA se obriga a manter a CONTRATANTE livre de todas e quaisquer reclamações trabalhistas, previdenciárias e ou reivindicações de ordem social, obrigando-se, ainda, a excepcionar a CONTRATANTE, em juízo ou fora dele, com relação a qualquer pretendido vínculo com esta última.

10.2. Ocorrendo qualquer reclamação trabalhista contra a CONTRATANTE em razão deste contrato por ato reputado exclusivamente à CONTRATADA, esta se responsabilizará, em juízo ou fora dele, pelos eventuais direitos do reclamante.

10.3. Fica expressamente estabelecido que, por força deste contrato, não se estabelece qualquer vínculo empregatício entre a CONTRATANTE e os empregados da CONTRATADA, sendo este último o único e exclusivo contratante da equipe necessária à execução dos serviços aqui estabelecidos.

10.4. Nenhuma das partes se responsabilizará pelo descumprimento de suas obrigações contratuais, quando resultante de caso fortuito ou de força maior, conforme disposto na legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. A CONTRATADA sujeitar-se-á à aplicação de sanções caso pratique, dentre outras, as seguintes condutas:

11.1.1 - Apresentar documentação falsa, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

11.1.2 - Falhar ou fraudar na execução do contrato, ensejar o retardamento da execução do objeto do contrato, causar prejuízos processuais ou financeiros à CEASAMINAS;

11.1.3 – Der causa à inexecução total ou parcial do contrato;

11.1.4 – Incorrer na prática das condutas descritas no art. 78, da Lei n.º 8.666/93 c/c arts. 82 a 84, da Lei n.º 13.303/2016 c/c arts. 136 a 138, do Manual de Procedimentos e Regulamento de Licitações da CEASAMINAS;

11.1.5 – Desídia da CONTRATADA na sua atuação que provoque a perda de prazo ou a revelia da CONTRATANTE.

11.1.6 – Comportar-se de modo inidôneo, assim compreendido nos termos do art. 92, parágrafo único, 96 e 97, todos da Lei n.º 8.666/1993.

11.2 - Caso a CONTRATADA incorra nas condutas descritas nos itens 11.1.1 a 11.1.6, supra, estará sujeita às penalidades abaixo discriminadas, bem como àquelas previstas na Lei n.º 8.666/93 c/c a Lei n.º 13.303/2016 c/c Manual de Procedimentos e Regulamento de Licitações



da CEASAMINAS e demais legislações aplicáveis, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Diretor Presidente da CEASAMINAS, garantido o direito prévio ao contraditório e à ampla defesa:

11.2.1 – Advertência escrita, nos termos do art. 83, I, da Lei n.º 8.666/93 c/c art. 86, Inciso I, da Lei n.º 13.303/2016 c/c art. 137, Inciso I, do Manual de Procedimentos e Regulamento de Licitações da CEASAMINAS;

11.2.2 - Multa no valor de 0,34% (trinta e quatro centésimos por cento) ao dia sobre o valor da proposta comercial apresentada pela CONTRATADA enquanto perdurar o ato passível de punição, com limite de 10% (dez por cento) nos termos do art. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 c/c art. 83, Inciso I, da Lei n.º 13.303/2016 c/c art. 137, Inciso II, do Manual de Procedimentos e Regulamento de Licitações da CEASAMINAS;

11.2.3 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, nos termos do art. 87, Inciso III, da Lei n.º 8.666/93 c/c art. 83, Inciso III, da Lei n.º 13.303/2016 c/c art. 137, Inciso III, do Manual de Procedimentos e Regulamento de Licitações da CEASAMINAS;

11.2.4 - Impedimento de licitar e contratar com a União, descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos termos do art. 83, Inciso III, da Lei n.º 13.303/2016 c/c art. 137, Inciso III, do Manual de Procedimentos e Regulamento de Licitações da CEASAMINAS;

11.3 – As penalidades são independentes entre si, podendo, inclusive, serem aplicadas cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato e o juízo de conveniência da CEASAMINAS.

11.4 – A multa do item 11.2.2, supra, não impede que a CEASAMINAS rescinda unilateralmente o contrato.

11.5 – Em caso de inexecução parcial do objeto, a CONTRATADA fica sujeita à multa, conforme art. 83, Inciso II, da Lei n.º 13.303/2016 c/c art. 137, Inciso II, do Manual de Procedimentos e Regulamento de Licitações da CEASAMINAS, equivalente a 1% (um por cento) do valor unitário do bem em atraso, *pro* dia, por unidade, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor empenhado.

11.5.1 – Considera-se inexecução parcial o atraso injustificado no prazo de entrega até o limite de 20 (vinte) dias.

11.5.2 – Considera-se inexecução total o atraso injustificado no prazo de entrega, superior a 20 (vinte) dias.

11.6 – O valor da multa que for aplicada poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.

11.6.1 – Se o valor das faturas for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

11.7 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.



11.8 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas decorrentes desta contratação, para o período de 30 (trinta) dias, correrão à conta da dotação orçamentária n.º **2.201.079.100**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

13.1. Nos termos do art. 84, do Manual de Procedimentos e Regulamento de Licitações da CEASAMINAS, será designado o Gestor do Departamento de Gestão de Pessoas da CEASAMINAS para Fiscal do contrato, que acompanhará e fiscalizará a entrega dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

13.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência dessa, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70, da Lei n.º 8.666, de 1993 c/c art. 76, da Lei n.º 13.303/2016 c/c art. 86, do Manual de Procedimentos e Regulamento de Licitações da CEASAMINAS.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS RISCOS CONTRA TERCEIROS

14.1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei n.º 12.846/2013, do Decreto n.º 8.420/2015, da ISO 37001:2017 ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis nacionais ou estrangeiros, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA NOVAÇÃO

15.1. Qualquer omissão ou tolerância das partes na exigência do cumprimento dos termos e condições deste instrumento, ou no exercício das prerrogativas dele decorrentes, não constituirá novação ou renúncia ao direito de aplicar as sanções previstas neste contrato ou decorrentes de lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

16.1. Quaisquer alterações relativas ao presente contrato serão necessariamente acompanhadas do respectivo Aditivo Contratual, devidamente datado e assinado pelas partes, sob pena de nulidade da cláusula.



16.2. O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 81, §1º, da Lei n.º 13.303/2016 c/c art. 94, do Manual de Procedimentos e Regulamento de Licitações da CEASAMINAS, mediante apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o foro do município de Contagem, MG, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos do presente contrato, que não forem resolvidas administrativamente, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2 Estando assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, a CONTRATANTE e a CONTRATADA, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

Contagem/MG, 15 de março de 2022.

[Redacted Signature]

Luciano José de Oliveira

Diretor-Presidente

CEASAMINAS

[Redacted Signature]

Diretor

CEASAMINAS

[Redacted Signature]

Reginaldo Ricioli

Diretor

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

[Redacted Signature]

Adriane Cristina dos Santos de Almeida

Economista

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

[Redacted Signature]

Gestor do Departamento de Gestão de Pessoas - DEREH

Testemunhas

[Redacted Signature]

[Redacted Signature]



Nome:

Leonardo Cabral Ferreira

CPF:

CPF: 040.007.376-51

